



Gabarito comentado

Delegado de Polícia · código PCPR-DL-4401-6987

01	02	03	04	05	06	07	08	09	10
C	C	B	D	E	A	A	B	D	D
11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
A	E	E	B	D	C	B	E	A	C

Comentários por questão. A alternativa correta aparece destacada no enunciado reproduzido.

Direito Penal

Questão 01 · Gabarito C

Questão real · FGV · 2026 · TJ-PR · Juiz Substituto · Tipicidade

Com intenção de matar Mário, Lúcio adquiriu, de forma clandestina, uma arma de fogo e munições. Após monitorar a rotina da vítima, Lúcio aguardou Mário sair do trabalho e, enquanto ele caminhava em direção ao seu veículo, Lúcio sacou a arma e disparou uma única vez, atingindo-o. Mesmo possuindo ainda quatro projéteis intactos na arma, Lúcio sentiu repentino remorso, guardou a arma e ligou para o serviço de emergência. Mário foi socorrido, mas, apesar de todo o esforço médico empregado, veio a falecer dias depois no hospital em decorrência exclusiva dos ferimentos causados pelos disparos. Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- (A) O caso narrado configura desistência voluntária, uma vez que Lúcio interrompeu voluntariamente a execução do homicídio quando ainda dispunha de meios para prosseguir, devendo, portanto, responder apenas pelo delito de lesão corporal.
- (B) O caso narrado configura arrependimento eficaz, pois Lúcio exauriu os meios de execução que seriam suficientes para atingir o resultado almejado, contudo, agiu positivamente para evitá-lo, devendo, portanto, responder apenas pela tentativa de homicídio.
- (C) A intervenção de Lúcio ao chamar o socorro não exclui a tipicidade, uma vez que o resultado morte efetivamente ocorreu por consequência direta de sua conduta, devendo ele responder por homicídio consumado, sem prejuízo da aplicação de atenuante genérica.**
- (D) O caso narrado configura arrependimento posterior, pois Lúcio buscou minimizar as consequências do crime praticado logo após a sua consumação ao chamar o socorro médico, o que enseja a redução da pena do homicídio de um a dois terços.
- (E) O caso narrado configura crime impossível por ineficácia relativa do meio empregado, pois a intervenção médica quase evitou o resultado, demonstrando que a conduta do agente não era inequivocamente apta a garantir a consumação inicialmente pretendida.

Por que C está correta. O resultado morte ocorreu em decorrência exclusiva dos disparos. A desistência voluntária e o arrependimento eficaz (art. 15 do CP) só afastam a responsabilidade pelo crime pretendido quando o resultado não se produz; se, apesar da conduta posterior do agente, o resultado sobrevém, ele responde pelo crime consumado. Lúcio responde por homicídio consumado, e o socorro prestado pode ser valorado como atenuante genérica (art. 65, III, "b", ou art. 66 do CP), a critério do juiz.

- A** A desistência voluntária pressupõe que o resultado não ocorra; com a morte da vítima, Lúcio responde pelo homicídio consumado, e não por lesão corporal.
- B** O arrependimento eficaz exige que a ação do agente efetivamente impeça o resultado; arrependimento ineficaz não beneficia o agente.
- D** O arrependimento posterior (art. 16 do CP) se aplica a crimes sem violência ou grave ameaça à pessoa e depende de reparação do dano ou restituição da coisa; não alcança o homicídio.
- E** Não há crime impossível: o meio (arma de fogo municada) era absolutamente eficaz, tanto que o resultado ocorreu.

Pulo do gato: Ponte de ouro só funciona se o resultado não acontecer: arrependimento ineficaz não salva ninguém.

**Questão 02 · Gabarito C***Inédita · estilo FGV · nível Elite · Crimes contra a administração pública*

Bruno, servidor público estadual lotado no setor administrativo de uma delegacia, sabia que os notebooks apreendidos em diversas investigações ficavam guardados em sala sob a responsabilidade exclusiva de Carla, servidora encarregada da custódia do material. Certo dia, Carla, apressada para sair mais cedo, deixou a sala destrancada e a chave sobre a mesa, em descumprimento ao protocolo de guarda. Bruno, que circulava livremente pelo prédio em razão do cargo, aproveitou a oportunidade, subtraiu dois notebooks e os vendeu a terceiro não identificado.

Apurados os fatos, ambos foram condenados por sentença transitada em julgado. Somente depois do trânsito em julgado, Carla ressarciu integralmente ao Estado o valor dos equipamentos.

Considerando a situação hipotética e o Código Penal, assinale a afirmativa correta.

- (A) Bruno responde por peculato-furto, e Carla, por peculato culposo, cuja pena será reduzida de um a dois terços, em razão da reparação voluntária do dano.
- (B) Bruno responde por furto qualificado pelo abuso de confiança, porque não detinha a posse dos notebooks em razão do cargo, e Carla, por peculato culposo.
- (C) Bruno responde por peculato-furto, e Carla, por peculato culposo, cuja pena, em razão da reparação do dano posterior à sentença irrecorrível, será reduzida de metade.**
- (D) Bruno responde por peculato-furto, e Carla terá extinta a punibilidade, porque a reparação integral do dano no peculato culposo produz esse efeito a qualquer tempo.
- (E) Bruno e Carla respondem por peculato-furto, ela como partícipe, pois sua negligência concorreu para a subtração, admitida a redução pela menor importância.

Por que C está correta. Bruno não tinha a posse dos bens, mas os subtraiu valendo-se da facilidade que a qualidade de funcionário lhe proporcionava: é o peculato-furto (art. 312, § 1º, do CP). Carla concorreu culposamente para o crime de outrem: peculato culposo (art. 312, § 2º). Pelo § 3º, a reparação do dano no peculato culposo extingue a punibilidade se precede a sentença irrecorrível; se lhe é posterior, reduz de metade a pena imposta. Como Carla reparou depois do trânsito em julgado, sua pena é reduzida de metade.

Fundamento: Código Penal, art. 312, §§ 1º, 2º e 3º.

- A** A redução de um a dois terços é a do arrependimento posterior (art. 16 do CP); o peculato culposo tem regra própria, com redução de metade quando a reparação é posterior à sentença irrecorrível.
- B** A ausência de posse em razão do cargo é exatamente o que caracteriza o peculato-furto do § 1º do art. 312; o furto comum fica afastado porque Bruno se valeu da facilidade proporcionada pela função.
- D** A extinção da punibilidade só ocorre quando a reparação precede a sentença irrecorrível; depois do trânsito em julgado, o efeito é apenas a redução de metade da pena.
- E** Não há participação culposa em crime doloso: quem concorre culposamente para o peculato de outrem responde pelo tipo autônomo do § 2º do art. 312, e não como partícipe do peculato doloso.

Pulo do gato: Peculato culposo: reparou antes da sentença irrecorrível, extingue; reparou depois, reduz de metade. Arrependimento posterior (1/3 a 2/3) é outra regra.

Questão 03 · Gabarito B*Questão real · FGV · 2025 · TJ-SE · Juiz Substituto · Causas de extinção da punibilidade*

João foi condenado por sentença penal transitada em julgado a uma pena restritiva de liberdade de 8 anos e 9 meses de reclusão e 1 ano, 11 meses e 10 dias de detenção, além de pena de múltiplos dias-multa. Em seguida, ajuizou-se execução fiscal, no dia 16/11/2016, com a finalidade de cobrar dívida ativa referente à multa penal cominada cumulativamente com a pena privativa de liberdade. O executivo fiscal restou suspenso no dia 27/04/2017, tendo em vista que não foram encontrados bens sobre os quais pudesse recair a penhora. Sem alteração no quadro fático, em 15/06/2023, o advogado de João juntou aos autos da execução fiscal uma exceção de pré-executividade na qual alegou exclusivamente a ocorrência de prescrição intercorrente na espécie. Diante dessa situação fático-normativa, conforme a legislação tributária aplicável e a jurisprudência dos Tribunais Superiores, caberá ao magistrado responsável pelo caso:

- (A) acolher a exceção e extinguir a execução fiscal em razão do reconhecimento da prescrição intercorrente quinquenal, descabendo condenação em honorários advocatícios;



- (B) rejeitar a exceção e prosseguir com a execução fiscal em razão da natureza penal da multa e da inoccorrência do prazo prescricional regido pelo Código Penal;**
- (C) rejeitar a exceção e extinguir a execução fiscal em razão da impropriedade desse instrumento processual para cobrar multas penais;
- (D) acolher a exceção e extinguir a execução fiscal, com a condenação em honorários advocatícios, em razão da ocorrência das causas suspensivas e interruptivas da legislação tributária;
- (E) rejeitar a exceção e prosseguir com a execução fiscal em razão de o termo inicial de contagem da prescrição intercorrente tributária ser o arquivamento dos autos, e não o término da suspensão anual do executivo.

Por que B está correta. A multa penal não perde a natureza de sanção penal por ser considerada dívida de valor (art. 51 do CP; STF, ADI 3.150). Por isso, o prazo prescricional é o do Código Penal: a multa aplicada cumulativamente com pena privativa de liberdade prescreve no mesmo prazo desta (art. 114, II, do CP), aplicando-se apenas as causas interruptivas e suspensivas da legislação da dívida ativa, conforme o próprio art. 51. Não incide a prescrição intercorrente quinquenal do art. 40 da Lei de Execução Fiscal, e, pelo prazo do CP, a pretensão não estava prescrita. A exceção deve ser rejeitada e a execução, prosseguir.

- A** Aplica à multa penal o prazo quinquenal da prescrição intercorrente tributária, ignorando que o prazo é regido pelo Código Penal.
- C** A execução fiscal foi ajuizada em 2016, antes da Lei nº 13.964/2019, que passou a atribuir a execução da multa ao juízo da execução penal; à época, era a via utilizada para a cobrança, e o magistrado deve enfrentar a prescrição alegada.
- D** Parte da premissa de que a prescrição se consumou pelas regras tributárias; o prazo é o do CP, e não houve prescrição.
- E** Acerta ao rejeitar a exceção, mas pelo fundamento errado: não se discute o termo inicial da prescrição intercorrente tributária, porque ela nem se aplica à multa penal.

Pulo do gato: Multa penal: prazo do CP (art. 114), com causas interruptivas e suspensivas da dívida ativa (art. 51); nada de prescrição intercorrente de 5 anos da LEF.

Questão 04 · Gabarito D

Questão real · FGV · 2026 · TJ-PR · Juiz Substituto · Causas de extinção da punibilidade

Em março de 2021, Fernando praticou crime de apropriação indébita contra Luciano, seu ex-sócio, que tomou ciência inequívoca da autoria no mesmo mês, mas, por acreditar em futura conciliação, não adotou providências imediatas. Em agosto de 2021, Fernando restituiu integralmente o valor apropriado, antes do recebimento de denúncia ou queixa. Em janeiro de 2022, Luciano noticiou às autoridades estatais o crime praticado por Fernando, tendo o Ministério Público oferecido denúncia em março de 2022, a qual foi recebida. No decorrer da ação penal, dias antes da apreciação do recurso de apelação em face da sentença condenatória, sobreveio lei que passou efetivamente a exigir representação da vítima como condição de procedibilidade em relação ao crime de apropriação indébita, sem dispor expressamente sobre sua aplicação a fatos anteriores. Dias após o trânsito em julgado da condenação, Fernando veio a falecer. Diante de tal situação hipotética, assinale a afirmativa correta.

- (A) A restituição integral do valor configura arrendimento posterior, extinguindo a punibilidade de Fernando.
- (B) A representação é intempestiva, operando-se a decadência, que não é afastada pela lei superveniente.
- (C) A superveniência de lei exigindo a representação somente retroage em caso de crime contra a vida.
- (D) A punibilidade é extinta pela morte de Fernando, sendo irrelevante a análise de outras causas excludentes.**
- (E) A nova lei é mais benéfica ao acusado e retroage para convalidar a representação originalmente intempestiva.

Por que D está correta. A morte do agente extingue a punibilidade (art. 107, I, do CP). Como Fernando morreu depois do trânsito em julgado, extingue-se a pretensão executória, e nenhuma outra causa precisa ser examinada: a morte basta para encerrar a persecução penal quanto a ele.

- A** A restituição integral antes do recebimento da denúncia configura arrendimento posterior (art. 16 do CP), que reduz a pena de um a dois terços; não extingue a punibilidade.



- B** Quando a denúncia foi oferecida, a ação era pública incondicionada e não havia representação a exigir; segundo o entendimento firmado pelo STJ em caso análogo (estelionato após a Lei nº 13.964/2019), a nova condição de procedibilidade não alcança ação penal já instaurada. Não há decadência.
- C** Não existe regra que limite a retroatividade da lei que passa a exigir representação aos crimes contra a vida.
- E** Não houve representação intempestiva a convalidar; a ação foi validamente proposta como pública incondicionada.

Pulo do gato: Morreu o agente, acabou a punibilidade: depois do trânsito, extingue-se a pretensão executória.

Direito Processual Penal

Questão 05 · Gabarito E

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Das Provas

Na investigação de um homicídio, policiais ingressaram em residência sem mandado judicial e sem fundadas razões que indicassem situação de flagrante, e apreenderam um celular cujo conteúdo levou à identificação de Gilberto, testemunha presencial do crime. Ficou documentado, contudo, que outra equipe da mesma delegacia já havia chegado a Gilberto dias antes, por meio de entrevistas de rotina com moradores da região, registradas em relatório anterior ao ingresso no imóvel.

No local do crime, antes da chegada do perito, um investigador recolheu um estojo de munição deflagrado e o guardou no bolso, para "evitar que se perdesse com a chuva".

Considerando o Código de Processo Penal e a jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

- (A) Declarado inadmissível o conteúdo do celular, o juiz que dele conheceu fica impedido de sentenciar, regra que o STF manteve ao julgar o juiz das garantias.
- (B) O depoimento de Gilberto deve ser desentranhado, pois, reconhecida a ilicitude da prova originária, a contaminação alcança a derivada ainda que exista fonte autônoma.
- (C) O recolhimento do estojo pelo investigador gera nulidade absoluta da prova, pois a coleta de vestígios deve ser feita exclusivamente por perito oficial.
- (D) O recolhimento do estojo antes da liberação do local pelo perito configura, em tese, crime de desobediência, por violação da ordem legal de isolamento.

(E) O depoimento de Gilberto pode ser admitido, pois a prova derivada da ilícita é aproveitável quando obtida por fonte independente da prova originária.

Por que E está correta. O art. 157, § 1º, do CPP declara inadmissíveis as provas derivadas das ilícitas, salvo quando não evidenciado o nexo de causalidade ou quando as derivadas puderem ser obtidas por uma fonte independente das primeiras. A identificação de Gilberto já constava de diligência regular anterior e documentada, sem relação com o ingresso ilegal: há fonte independente, e o depoimento pode ser aproveitado.

Fundamento: CPP, art. 157, §§ 1º e 2º, e art. 158-C, caput e § 2º; STF, ADIs 6.298, 6.299, 6.300 e 6.305 (inconstitucionalidade do art. 157, § 5º).

- A** O STF declarou inconstitucional o § 5º do art. 157 do CPP no julgamento das ações sobre o juiz das garantias; o conhecimento da prova inadmissível não impede, por si só, o juiz de sentenciar.
- B** Inverte a regra: a contaminação das provas derivadas é afastada justamente quando há fonte independente (art. 157, § 1º, do CPP).
- C** O art. 158-C do CPP diz que a coleta será feita preferencialmente por perito oficial, e não exclusivamente; a quebra da cadeia de custódia não gera, por si só, nulidade absoluta automática, devendo ser avaliada no conjunto da prova.
- D** O art. 158-C, § 2º, do CPP tipifica como fraude processual a entrada em locais isolados ou a remoção de vestígios antes da liberação pelo perito responsável, e não como desobediência.

Pulo do gato: Fonte independente salva a prova derivada; o § 5º do art. 157 caiu no STF; perito oficial é preferencial, e remover vestígio do local isolado é fraude processual.

Questão 06 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Ação Penal



Teresa foi vítima de difamação praticada, em coautoria, por Otávio e Sílvio, que divulgaram, em grupo de mensagens dos moradores de seu condomínio, fatos ofensivos à sua reputação. Teresa tomou conhecimento da autoria de ambos no mesmo dia.

Dois meses depois, por meio de advogado com poderes especiais, Teresa ofereceu queixa-crime apenas contra Otávio. Na própria petição, registrou que reconhecia a participação de Sílvio, mas deixava de incluí-lo porque ele era seu cunhado e ela não desejava "criar problemas na família".

Considerando as regras do Código de Processo Penal sobre a ação penal privada e a jurisprudência do STJ, assinale a afirmativa correta.

(A) A exclusão deliberada de Sílvio importa renúncia tácita ao direito de queixa em relação a ele, que se estende a Otávio, extinguindo-se a punibilidade de ambos.

- (B) O Ministério Público, que vela pela indivisibilidade, deve aditar a queixa para incluir Sílvio no polo passivo, mantendo-se a ação penal contra os dois querelados.
- (C) Opera-se a perempção em relação a Sílvio, pois Teresa deixou de promover o andamento da ação contra ele, prosseguindo a ação penal apenas contra Otávio.
- (D) A queixa é válida contra Otávio, e Teresa poderá oferecer nova queixa contra Sílvio, desde que dentro do prazo decadencial de seis meses.
- (E) A renúncia tácita alcança apenas Sílvio, pois a extensão aos demais autores do crime é efeito próprio do perdão aceito pelos querelados.

Por que A está correta. Pela indivisibilidade, a queixa contra qualquer dos autores obriga ao processo de todos (art. 48 do CPP), e a renúncia ao direito de queixa em relação a um deles a todos se estende (art. 49). O STJ entende que a omissão deliberada de coautor conhecido configura renúncia tácita (art. 104, parágrafo único, do CP), com extinção da punibilidade de todos (art. 107, V, do CP). Aqui a omissão foi expressa e voluntária, registrada na própria petição.

Fundamento: CPP, arts. 48 e 49; CP, art. 104, parágrafo único, e art. 107, V; jurisprudência do STJ sobre omissão deliberada de coautor na queixa (renúncia tácita).

- B** Na ação penal privada, o Ministério Público não tem legitimidade para incluir querelado; seu papel de velar pela indivisibilidade não lhe permite suprir a vontade da vítima de processar alguém.
- C** Perempção pressupõe ação em curso abandonada pelo querelante nas hipóteses do art. 60 do CPP; não se confunde com a escolha de não processar um dos autores, que é renúncia.
- D** Ignora a indivisibilidade: a renúncia em relação a um coautor se estende aos demais, de modo que não há como manter a ação contra Otávio e reservar Sílvio para depois.
- E** A extensão a todos os autores é efeito tanto da renúncia (art. 49 do CPP) quanto do perdão (art. 51); a diferença é que o perdão não produz efeito para quem o recusar.

Pulo do gato: Omissão deliberada de coautor na queixa = renúncia tácita, que aproveita a todos. Omissão involuntária = o juiz manda aditar.

Questão 07 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Inquérito Policial

No curso de inquérito policial que apura crimes contra a administração pública, surgiram dúvidas sobre a atuação do delegado de polícia e o regime jurídico da investigação. Analise as afirmativas a seguir.

- I. O indiciamento, privativo do delegado de polícia, dar-se-á por ato fundamentado, mediante análise técnico-jurídica do fato, que deverá indicar a autoria, a materialidade e suas circunstâncias.
- II. O inquérito em curso somente poderá ser avocado ou redistribuído por superior hierárquico, mediante despacho fundamentado, por motivo de interesse público ou nas hipóteses de inobservância dos procedimentos previstos em regulamento da corporação que prejudique a eficácia da investigação.
- III. Segundo a jurisprudência do STF, é legítimo que o juiz, a requerimento do Ministério Público, determine ao delegado o indiciamento do investigado, por se tratar de providência que apenas formaliza suspeita já existente nos autos.
- IV. O defensor do investigado tem direito de acesso amplo aos elementos de prova já documentados no inquérito, direito que se estende às diligências ainda em andamento, como interceptação telefônica em execução, em nome da paridade de armas.

Está correto o que se afirma em



(A) I e II, apenas.

(B) I e IV, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, II e IV, apenas.

(E) I, II, III e IV.

Por que A está correta. I reproduz o art. 2º, § 6º, da Lei nº 12.830/2013. II reproduz o art. 2º, § 4º, da mesma lei. III está errada: o STF assentou que o indiciamento é ato privativo da autoridade policial, e o juiz não pode requisitá-lo, sob pena de violar o sistema acusatório. IV está errada: a Súmula Vinculante 14 garante acesso aos elementos já documentados, não às diligências em curso. Corretas: I e II.

Fundamento: Lei nº 12.830/2013, art. 2º, §§ 4º e 6º; Súmula Vinculante 14; STF, HC 115.015 (indiciamento é ato privativo do delegado).

B Inclui IV, que estende a Súmula Vinculante 14 a diligências em andamento; o acesso alcança apenas o que já está documentado.

C Inclui III; o juiz não pode determinar o indiciamento, ato privativo e fundamentado do delegado.

D Acerta I e II, mas inclui IV, que ignora o limite da Súmula Vinculante 14 (elementos já documentados).

E III e IV estão erradas; não há como todas estarem corretas.

Pulo do gato: Indiciar é ato privativo e fundamentado do delegado; o juiz não manda indiciar. SV 14: só o que já está documentado.

Questão 08 · Gabarito B

Questão real · FGV · 2025 · MPE-ES · Promotor de Justiça Substituto · Procedimento Penal

Quanto aos processos e julgamentos relativos aos crimes dolosos contra a vida, avalie as afirmativas a seguir. I. O Artigo 478 do Código de Processo Penal é taxativo, podendo, portanto, ser feita a leitura da decisão que decretou a preventiva e da folha de antecedentes do acusado em plenário. II. O quesito obrigatório absolutório, presente no inciso III do Artigo 483 do Código de Processo Penal, em consonância com o princípio da íntima convicção dos jurados, impede que o Ministério Público recorra quando há a absolvição do acusado com base neste quesito, visto que o jurado pode, simplesmente, perdoar o réu. III. Caso a tese da defesa seja a negativa de autoria e os jurados responderem positivamente acerca da autoria na quesitação, mas absolverem o réu no quesito genérico, é possível julgamento de apelação com determinação de realização de novo julgamento pelo Tribunal do Júri, com base no Artigo 593, III, d, do Código de Processo Penal, ou seja, decisão dos jurados manifestamente contrária à prova dos autos, salvo se houver tese de clemência especificada com clareza na ata da sessão compatível com a Constituição, razão pela qual não é considerada válida, para estes fins, a tese de legítima defesa da honra em casos de feminicídio ou tentativa de feminicídio. Está correto o que se afirma em

(A) I, apenas.

(B) I e III, apenas.

(C) III, apenas.

(D) I e II, apenas.

(E) I, II e III.

Por que B está correta. I: a jurisprudência dos tribunais superiores considera taxativo o rol do art. 478 do CPP (pronúncia, decisões que julgaram admissível a acusação, uso de algemas e silêncio do acusado), de modo que a leitura da decisão de prisão preventiva e da folha de antecedentes não é, por si, vedada. II: errada; o STF (Tema 1.087 da repercussão geral) admite apelação do Ministério Público com base no art. 593, III, "d", contra absolvição pelo quesito genérico. III: correta, reproduzindo a tese do Tema 1.087: o tribunal não determinará novo júri se a tese de clemência, constante da ata, for compatível com a Constituição, o que exclui a legítima defesa da honra (STF, ADPF 779). Corretas: I e III.

A Exclui III, que reproduz a tese do STF no Tema 1.087.

C Exclui I; o rol do art. 478 do CPP é taxativo.

D Inclui II; o quesito genérico não impede a apelação do Ministério Público por decisão manifestamente contrária à prova dos autos.

E II está errada.



Pulo do gato: Absolvição pelo quesito genérico pode ser apelada (Tema 1.087); clemência só segura o veredicto se constar da ata e for compatível com a Constituição.

Legislação Penal e Processual Penal Extravagante

Questão 09 · Gabarito D

Questão real · FGV · 2026 · TJ-RS · Conciliador Criminal · Lei de Tóxicos – Lei nº 11.343 de 2006

Lucas foi capturado pela Polícia Militar do Estado do Rio Grande do Sul com seis gramas de cocaína, ocasião em que afirmou que o material entorpecente se destinaria a uso próprio. Posteriormente, em conversa com seu advogado, Lucas foi informado de que, em razão da conduta praticada, poderá estar sujeito às penas de advertência sobre os efeitos das drogas, prestação de serviços à comunidade e medida educativa de comparecimento a um programa ou curso educativo. De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 11.343/2006, avalie as afirmativas a seguir. I. Para determinar se a droga se destinava a consumo pessoal, o Juiz atenderá à natureza e à quantidade da substância apreendida, ao local e às condições em que se desenvolveu a ação, às circunstâncias sociais e pessoais, bem como à conduta e aos antecedentes do agente. II. A prestação de serviços à comunidade será cumprida em programas comunitários, entidades educacionais ou assistenciais, hospitais, estabelecimentos congêneres, públicos ou privados sem fins lucrativos, que se ocupem, preferencialmente, da prevenção do consumo ou da recuperação de usuários e dependentes de drogas. III. As penas de prestação de serviços à comunidade e a medida educativa de comparecimento a um programa ou curso educativo serão aplicadas pelo prazo máximo de seis meses, salvo em caso de reincidência, hipótese em que o prazo máximo será de doze meses. Está correto o que se afirma em

- (A) I, apenas.
- (B) II, apenas.
- (C) III, apenas.
- (D) I e II, apenas.**
- (E) I e III, apenas.

Por que D está correta. I reproduz o art. 28, § 2º, da Lei nº 11.343/2006. II reproduz o art. 28, § 5º. III está errada: as penas de prestação de serviços à comunidade e de comparecimento a programa ou curso educativo são aplicadas pelo prazo máximo de 5 meses (§ 3º) e, em caso de reincidência, de 10 meses (§ 4º). Corretas: I e II.

- A** Exclui II, que reproduz o art. 28, § 5º.
- B** Exclui I, que reproduz os critérios do art. 28, § 2º.
- C** III troca os prazos: são 5 meses e, na reincidência, 10 meses, e não 6 e 12.
- E** Inclui III, que traz prazos errados.

Pulo do gato: Art. 28: 5 meses; reincidente, 10 meses. Advertência não tem prazo.

Questão 10 · Gabarito D

Questão real · FGV · 2022 · SEJUSP-MG · Agente de Segurança Penitenciário · Lei de Execução Penal – Lei nº 7.210 de 1984

Pedro, réu primário, foi condenado, em março de 2020, à pena privativa de liberdade de 12 (doze) anos, em regime inicialmente fechado, por cometimento de crime hediondo com resultado morte. Quando já havia cumprido 2 (dois) anos e 5 (cinco) meses da pena, foi surpreendido por um agente penitenciário, portando um aparelho telefônico apto a estabelecer comunicação com o ambiente externo. Neste caso, nos termos da Lei de Execuções Penais (LEP), é correto afirmar que

- (A) Pedro cometeu falta leve, pois a falta grave somente se configura quando o detento é flagrado utilizando efetivamente o aparelho telefônico ou outro similar para estabelecer comunicação com o ambiente externo ou quando apresentar reincidência na conduta de portar aparelho telefônico ou similar. Portanto, deverá ser advertido pela autoridade administrativa competente e poderá progredir de regime, quando houver cumprido 2/5 (dois quintos) da pena, em razão da natureza hedionda do crime cometido.
- (B) Pedro cometeu falta grave, pois a LEP não faz distinção, para fins de qualificação da conduta como falta grave, entre os atos de portar e utilizar efetivamente aparelho telefônico para estabelecer comunicação com o ambiente externo. Portanto, deverá ser advertido pela autoridade administrativa competente e



poderá progredir de regime, quando houver cumprido 2/5 (dois quintos) da pena, em razão da natureza hedionda do crime cometido.

(C) Pedro não cometeu falta leve ou grave, pois a LEP não qualifica como falta a conduta do detento de, tão somente, portar aparelho telefônico, sendo necessário o flagrante de efetiva comunicação com o ambiente externo através do aparelho telefônico para a configuração da respectiva falta. Portanto, Pedro poderá progredir de regime, quando houver cumprido 50% (cinquenta por cento) do montante da pena.

(D) Pedro cometeu falta grave, ainda que não tenha sido flagrado, efetivamente, estabelecendo comunicação com o ambiente externo. Portanto, estará sujeito às sanções disciplinares previamente estabelecidas e o prazo para a obtenção da progressão de regime de cumprimento da pena será interrompido. Caso em que o reinício de sua contagem terá como base a pena remanescente.

(E) Pedro cometeu falta média, pois a falta grave somente se configura quando o detento é flagrado utilizando efetivamente o aparelho telefônico ou outro similar para estabelecer comunicação com o ambiente externo. Portanto, estará sujeito às sanções disciplinares previamente estabelecidas e o prazo para a obtenção da progressão de regime de cumprimento da pena será majorado para 60% (sessenta por cento) da pena fixada em sentença.

Por que D está correta. Possuir aparelho telefônico apto à comunicação com outros presos ou com o ambiente externo é falta grave (art. 50, VII, da LEP); a lei não exige o uso efetivo. A falta grave interrompe o prazo para a progressão, que recomeça com base na pena remanescente (art. 112, § 6º, da LEP, incluído pela Lei nº 13.964/2019; Súmula 534 do STJ). Observação: os percentuais de progressão citados nas alternativas sofreram alterações legislativas posteriores à prova; confira a redação atual do art. 112 da LEP, mas o gabarito não depende deles.

A O art. 50, VII, da LEP não exige uso efetivo nem reincidência; a posse do aparelho já é falta grave.

B Acerta a falta grave, mas erra a consequência: falta grave não se resolve com advertência e interrompe o prazo para progressão.

C A LEP qualifica como falta grave a simples posse de aparelho apto à comunicação externa.

E Não existe "falta média" para essa conduta na LEP, e a falta grave interrompe o prazo, em vez de majorar a fração.

Pulo do gato: Celular na cela: tem, já é falta grave. Falta grave zera a contagem, que recomeça sobre a pena que falta.

Questão 11 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Lei Maria da Penha - Lei nº 11.340 de 2006

A Vara de Família de determinada comarca deferiu, em favor de Denise, medida protetiva de proibição de aproximação de seu ex-companheiro, Rafael. Ciente da decisão, Rafael foi até a casa de Denise e, durante discussão, por razões da condição do sexo feminino, desferiu-lhe tapas que causaram lesões corporais leves. Vizinhos acionaram a polícia, e Rafael foi preso em flagrante e apresentado à delegada de plantão, Sabrina.

Na delegacia, Denise declarou que não desejava "ver o pai de seus filhos processado" e pediu que nada fosse feito quanto às agressões.

Considerando a Lei nº 11.340/2006 e a jurisprudência dos tribunais superiores, assinale a afirmativa correta quanto à atuação da autoridade policial.

(A) A delegada deve lavrar o auto de prisão em flagrante, sem arbitrar fiança quanto ao descumprimento da medida, e a ação penal pela lesão corporal independe da vontade de Denise.

(B) A delegada pode arbitrar fiança quanto ao descumprimento da medida protetiva, por se tratar de crime punido com detenção de três meses a dois anos.

(C) Como a medida protetiva foi deferida por juízo cível, Rafael não responde pelo crime de descumprimento, subsistindo apenas a lesão corporal contra Denise.

(D) Por se tratar de lesões leves, a delegada deve lavrar termo circunstanciado e encaminhar o caso ao Juizado Especial Criminal, para eventual transação penal.

(E) A delegada deve colher a manifestação de Denise como representação e, diante de sua recusa, deixar de instaurar inquérito quanto à lesão corporal.



Por que A está correta. Descumprir decisão que defere medida protetiva é crime (art. 24-A da Lei nº 11.340/2006), punido hoje com reclusão de 2 a 5 anos e multa, e o § 2º reserva à autoridade judicial a concessão de fiança no caso de prisão em flagrante. Quanto à lesão corporal resultante de violência doméstica contra a mulher, a ação penal é pública incondicionada (STF, ADI 4.424; Súmula 542 do STJ), de modo que a vontade de Denise não impede a perseguição.

Fundamento: Lei nº 11.340/2006, art. 24-A, caput e §§ 1º e 2º (redação da Lei nº 14.994/2024), e art. 41; Súmula 542 do STJ; STF, ADI 4.424.

- B** A pena de detenção de três meses a dois anos é a redação antiga; a Lei nº 14.994/2024 a elevou para reclusão de 2 a 5 anos, e, de todo modo, o § 2º do art. 24-A só permite fiança concedida pelo juiz.
- C** O § 1º do art. 24-A afirma que a configuração do crime independe da competência civil ou criminal do juiz que deferiu as medidas.
- D** O art. 41 da Lei nº 11.340/2006 afasta a Lei nº 9.099/1995 nos crimes com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena; não há termo circunstanciado nem transação penal.
- E** A lesão corporal no contexto de violência doméstica contra a mulher é de ação pública incondicionada; a recusa da vítima não condiciona a instauração do inquérito.

Pulo do gato: Art. 24-A: crime mesmo com medida do juízo cível, e fiança no flagrante só pelo juiz. Lesão doméstica contra a mulher: incondicionada e sem Lei 9.099.

Questão 12 · Gabarito E

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Lei de Organização Criminosa – Lei nº 12.850 de 2013

Em investigação sobre organização criminosa dedicada ao contrabando de cigarros, o delegado de polícia avalia os meios especiais de obtenção de prova previstos na Lei nº 12.850/2013. Analise as afirmativas a seguir.

- I. O delegado de polícia, nos autos do inquérito policial, pode celebrar acordo de colaboração premiada com o investigado e seu defensor, com a manifestação do Ministério Público.
- II. O retardamento da intervenção policial, na ação controlada, depende de prévia autorização judicial, que fixará o prazo máximo da medida e indicará os agentes responsáveis por seu acompanhamento.
- III. Nenhuma medida cautelar real ou pessoal, o recebimento da denúncia ou a sentença condenatória poderão ser decretados ou proferidos com fundamento apenas nas declarações do colaborador.
- IV. A infiltração de agentes de polícia, representada pelo delegado ou requerida pelo Ministério Público, depende de autorização judicial e será concedida por até seis meses, sem prejuízo de renovações, desde que comprovada sua necessidade.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e III, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I, II e III, apenas.
- (D) II, III e IV, apenas.

(E) I, III e IV, apenas.

Por que E está correta. I: o art. 4º, § 6º, admite acordo entre delegado, investigado e defensor, com a manifestação do Ministério Público (constitucionalidade reconhecida pelo STF na ADI 5.508). II: errada, porque a ação controlada exige prévia comunicação ao juiz, que estabelecerá os limites e comunicará o Ministério Público (art. 8º, § 1º), e não autorização. III: art. 4º, § 16. IV: art. 10, caput e § 3º. Corretas: I, III e IV.

Fundamento: Lei nº 12.850/2013, art. 4º, §§ 6º e 16 (redação da Lei nº 13.964/2019); art. 8º, § 1º; art. 10, caput e § 3º.

- A** Deixa de fora IV, que reproduz corretamente o art. 10 da Lei nº 12.850/2013 (legitimados, autorização judicial e prazo de até seis meses renováveis).
- B** Inclui II, que confunde comunicação prévia com autorização judicial, e exclui I e III, ambas corretas.
- C** Inclui II; na ação controlada basta a comunicação prévia ao juiz, que fixa os limites da medida.
- D** Inclui II e exclui I; o delegado pode celebrar a colaboração nos autos do inquérito, com manifestação do Ministério Público.



Pulo do gato: Ação controlada: comunica o juiz. Infiltração: autorização judicial, 6 meses renováveis. Palavra do colaborador sozinha não prende, não recebe denúncia e não condena.

Direito Constitucional

Questão 13 · Gabarito E

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Teoria da Constituição

Em grupo de estudos para concurso, cinco candidatos resumiram, cada um, um ponto de teoria da Constituição. Considerando a doutrina constitucional majoritária, o texto da Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

- (A) O poder constituinte derivado decorrente, exercido pelas Assembleias Legislativas, partilha os atributos do originário, por ser inicial e juridicamente incondicionado.
- (B) A mutação constitucional é processo formal de alteração do texto da Constituição, conduzido pelo poder constituinte derivado reformador dentro dos limites do art. 60.
- (C) Os tratados internacionais sobre direitos humanos aprovados, em cada Casa do Congresso, em dois turnos, por maioria absoluta dos votos, equivalem às emendas constitucionais.
- (D) Os tratados de direitos humanos internalizados pelo rito comum têm, segundo o STF, hierarquia constitucional e servem de parâmetro para o controle concentrado.

(E) As normas constitucionais de eficácia limitada, mesmo antes da lei integradora, produzem efeito negativo, revogando a legislação anterior incompatível e impedindo a edição de normas contrárias.

Por que E está correta. As normas de eficácia limitada dependem de lei para produzir todos os seus efeitos, mas não são desprovidas de eficácia: desde logo revogam a legislação anterior incompatível (eficácia negativa) e impedem a edição de normas em sentido contrário (eficácia paralisante ou impeditiva), servindo também de parâmetro de controle de constitucionalidade.

Fundamento: Classificação de José Afonso da Silva (eficácia limitada com efeito negativo/paralisante); CF, art. 5º, § 3º; art. 25 e ADCT, art. 11; STF, RE 466.343 (status supralegal).

- A** O poder decorrente é derivado, secundário e condicionado: os Estados se organizam pelas Constituições que adotarem, observados os princípios da Constituição Federal (art. 25).
- B** Descreve a reforma constitucional. A mutação é processo informal: altera o sentido da norma pela interpretação, sem mudar o texto.
- C** O art. 5º, § 3º, da CF exige três quintos dos votos dos respectivos membros, e não maioria absoluta.
- D** Segundo o STF (RE 466.343), os tratados de direitos humanos internalizados sem o rito do § 3º têm status supralegal, e não constitucional.

Pulo do gato: Eficácia limitada não é eficácia zero: revoga o incompatível e trava norma contrária. Tratado de DH: 3/5 em dois turnos = emenda; sem isso = supralegal.

Questão 14 · Gabarito B

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Processo Legislativo

Durante sessão legislativa marcada por intensa disputa política, foram discutidos diversos aspectos do processo de reforma da Constituição e da edição de medidas provisórias. Considerando a Constituição Federal de 1988 e a jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

- (A) A proposta de emenda pode ser apresentada por mais da metade das Assembleias Legislativas, manifestando-se cada uma delas pela maioria absoluta de seus membros.
- (B) A matéria de proposta de emenda rejeitada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, vedação que, diversamente da dos projetos de lei, não se supera por maioria absoluta.**
- (C) Aprovada em dois turnos em cada Casa, a emenda é enviada ao Presidente da República, que a promulga sem possibilidade de veto, por se tratar de manifestação constituinte.
- (D) O prazo da medida provisória fica suspenso no recesso, e o trancamento da pauta, segundo o STF, alcança todas as deliberações legislativas da Casa em que ela tramita.



(E) A Constituição não pode ser emendada na vigência de estado de defesa, mas pode sê-lo durante intervenção federal, desde que a proposta não trate do ente sob intervenção.

Por que B está correta. Pelo art. 60, § 5º, da CF, a matéria de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada não pode ser objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, sem exceção. Para projetos de lei, o art. 67 admite a reapresentação na mesma sessão mediante proposta da maioria absoluta dos membros de qualquer das Casas. A diferença é o ponto da questão.

Fundamento: CF, arts. 60, I a III e §§ 1º a 5º, 62, §§ 4º e 6º, e 67; STF, MS 27.931 (alcance do sobrestamento de pauta).

- A** O art. 60, III, exige que cada Assembleia Legislativa se manifeste pela maioria relativa de seus membros, e não absoluta.
- C** A emenda é promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal (art. 60, § 3º); não passa pelo Presidente da República.
- D** A suspensão do prazo no recesso está correta (art. 62, § 4º), mas o STF limitou o sobrestamento aos projetos de lei ordinária sobre matérias que podem ser objeto de medida provisória.
- E** O art. 60, § 1º, veda emenda na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio, sem distinguir o objeto da proposta.

Pulo do gato: PEC rejeitada: só na próxima sessão legislativa, sem atalho. Projeto de lei rejeitado: volta na mesma sessão com maioria absoluta.

Direito Administrativo e Gestão Pública

Questão 15 · Gabarito D

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Controle da administração pública

Em março de 2017, órgão da Administração Pública federal concedeu a Marta, servidora, um adicional que passou a ser pago mensalmente a partir daquele mês. Em 2024, auditoria interna concluiu que a concessão havia sido ilegal, sem qualquer indício de má-fé da servidora.

No mesmo órgão, o ato de concessão inicial da aposentadoria de Jorge chegou ao Tribunal de Contas da União em fevereiro de 2018 e somente foi apreciado em junho de 2024, quando o Tribunal negou-lhe registro, sem prévia intimação do aposentado.

Considerando a Lei nº 9.784/1999 e a jurisprudência do STF, assinale a afirmativa correta.

- (A) A negativa de registro da aposentadoria de Jorge é inválida porque o TCU não o intimou previamente, garantia de contraditório que se aplica à apreciação inicial do ato.
- (B) Os dois atos ainda podem ser revistos, pois a autotutela administrativa e o controle externo, quando voltados a corrigir ilegalidade, não se sujeitam a prazo decadencial.
- (C) Não decaiu o direito de anular o ato de Marta, porque, nos atos com efeitos patrimoniais contínuos, o prazo de cinco anos conta-se da ciência da ilegalidade pela Administração.
- (D) Decaiu o direito de anular o ato de Marta, e a negativa de registro da aposentadoria de Jorge é indevida, porque superado o prazo de cinco anos contado da chegada do processo ao TCU.**
- (E) Decorridos cinco anos, o ato de Marta só pode ser anulado pelo Poder Judiciário, pois a autotutela se converte em controle judicial de legalidade.

Por que D está correta. O direito de a Administração anular atos de que decorram efeitos favoráveis aos destinatários decai em cinco anos, salvo má-fé, e, nos efeitos patrimoniais contínuos, o prazo conta-se da percepção do primeiro pagamento (art. 54, caput e § 1º, da Lei nº 9.784/1999): de março de 2017 a 2024, o prazo se esgotou. Quanto a Jorge, o STF fixou no Tema 445 que os Tribunais de Contas têm cinco anos, contados da chegada do processo, para julgar a legalidade do ato inicial de aposentadoria; vencido o prazo, o ato considera-se definitivamente registrado.

Fundamento: Lei nº 9.784/1999, art. 54, caput e § 1º; Súmula Vinculante 3; STF, Tema 445 da repercussão geral (RE 636.553).

- A** Chega à conclusão certa pelo motivo errado: a Súmula Vinculante 3 dispensa o contraditório na apreciação da legalidade do ato inicial de aposentadoria; o problema é o prazo de cinco anos.
- B** A autotutela (Súmula 473 do STF) sofre o limite temporal do art. 54 da Lei nº 9.784/1999, e o controle externo do ato inicial de aposentadoria está sujeito ao prazo de cinco anos do Tema 445.



- C** Nos efeitos patrimoniais contínuos, o termo inicial é a percepção do primeiro pagamento (art. 54, § 1º), e não a ciência da ilegalidade.
- E** A decadência extingue o próprio direito de anular; não há transferência da competência para o Judiciário, que também não pode anular o ato estabilizado com base na mera ilegalidade.

Pulo do gato: Art. 54: cinco anos, contados do primeiro pagamento nos efeitos contínuos. TCU: cinco anos da chegada do processo (Tema 445); SV 3 não exige contraditório no registro inicial.

Questão 16 · Gabarito C

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Improbidade administrativa - Lei nº 8.429 de 1992 e Lei nº 14.230 de 2021

Considerando a Lei nº 8.429/1992, com as alterações promovidas pela Lei nº 14.230/2021, e a jurisprudência do STF, analise as afirmativas a seguir.

- I. A revogação da modalidade culposa do ato de improbidade é irretroativa, não incidindo sobre condenações já acobertadas pela coisa julgada.
- II. Admite-se a responsabilização por ato de improbidade que cause lesão ao erário praticado com culpa grave, desde que demonstrado o efetivo prejuízo patrimonial.
- III. A pessoa jurídica interessada tem legitimidade ativa para propor a ação de improbidade administrativa, concorrentemente com o Ministério Público.
- IV. Nos processos em curso, sem condenação transitada em julgado, por ato culposo praticado antes da Lei nº 14.230/2021, impõe-se a extinção imediata da ação, sem que o juízo possa examinar a eventual existência de dolo.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) II e IV, apenas.
- (C) I e III, apenas.**
- (D) III e IV, apenas.
- (E) I, II e III, apenas.

Por que C está correta. I: tese do STF no Tema 1.199: a revogação da modalidade culposa é irretroativa e não alcança a coisa julgada. II: errada; após a Lei nº 14.230/2021, todo ato de improbidade exige dolo, inclusive o que causa lesão ao erário, e o STF reafirmou essa exigência. III: nas ADIs 7.042 e 7.043, o STF restabeleceu a legitimidade ativa concorrente da pessoa jurídica interessada. IV: errada; pelo Tema 1.199, a lei nova se aplica aos atos culposos sem condenação transitada em julgado, cabendo ao juízo analisar eventual dolo do agente, e não extinguir a ação automaticamente. Corretas: I e III.

Fundamento: Lei nº 8.429/1992, art. 1º, §§ 1º a 3º, e art. 17 (redação da Lei nº 14.230/2021); STF, Tema 1.199 (ARE 843.989); STF, ADIs 7.042 e 7.043.

- A** Inclui II; não existe mais improbidade culposa, nem por culpa grave.
- B** II e IV estão erradas; I e III, corretas.
- D** Inclui IV; o Tema 1.199 manda o juízo examinar o dolo nos processos em curso, sem extinção automática.
- E** Inclui II, que contraria a exigência de dolo para todos os atos de improbidade.

Pulo do gato: Tema 1.199: sem culpa na improbidade; coisa julgada fica intacta; processo em curso segue para análise do dolo. Ente lesado pode propor a ação (ADIs 7.042/7.043).

**Legislação Estadual e Institucional****Questão 17 · Gabarito B**

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Estruturação das carreiras da Polícia Civil do Estado do Paraná

Considerando a Lei Complementar estadual nº 259/2023, que dispõe sobre a estruturação das carreiras da Polícia Civil do Estado do Paraná, com as alterações posteriores, assinale a afirmativa correta.

- (A) O estágio probatório é de dois anos de efetivo exercício no cargo, sendo obrigatória a avaliação especial de desempenho como condição para a aquisição da estabilidade.
- (B) Para Delegado de Polícia, os três anos de atividade jurídica ou policial são comprovados até a data da posse, e o concurso, de provas e títulos, tem participação da OAB em todas as fases.**
- (C) O ingresso pode ocorrer em nível superior ao inicial quando o candidato apresentar títulos de pós-graduação, que são aproveitados para a promoção por titulação.
- (D) O Quadro Próprio da Polícia Civil é composto pelas carreiras de Delegado de Polícia, Agente de Polícia Judiciária, Papiloscopista Policial e Perito Criminal.
- (E) Para Agente de Polícia Judiciária, exige-se curso superior completo em qualquer área, além de três anos de atividade jurídica ou policial comprovados até a posse.

Por que B está correta. Pelo art. 11, XI, da LC nº 259/2023 (redação da LC nº 285/2025), os três anos de atividade jurídica ou policial do Delegado de Polícia devem ser comprovados até a data da posse. O art. 5º, §§ 1º e 2º (LC nº 289/2025), prevê concurso de provas e títulos com participação da OAB em todas as fases do certame.

Fundamento: LC estadual (PR) nº 259/2023, art. 3º; art. 5º, §§ 1º e 2º (redação e inclusão pela LC nº 289/2025); art. 6º; art. 11, caput e XI (redação da LC nº 285/2025); art. 27. Texto oficial: <https://www.legislacao.pr.gov.br/legislacao/pesquisarAto.do?action=exibir&codAto=300584&indice=1&totalRegistros=1&dt=27.1.2024.16.42.52.571>

- A** O estágio probatório é de três anos de efetivo exercício (art. 27); a avaliação especial de desempenho obrigatória está correta.
- C** O ingresso dá-se sempre na classe inicial do cargo e no nível inicial, quando existente (art. 11); a titulação é usada depois, na promoção.
- D** O QPPC reúne Delegado de Polícia, Agente de Polícia Judiciária, Papiloscopista Policial e Agente de Operações Policiais, este em extinção (art. 3º); perito criminal não integra o quadro.
- E** Para Agente de Polícia Judiciária exige-se curso superior completo em qualquer área (art. 6º); os três anos de atividade jurídica ou policial são requisito exclusivo do Delegado.

Pulo do gato: QPPC: Delegado, Agente de Polícia Judiciária, Papiloscopista e Agente de Operações (em extinção). Estágio: 3 anos. Três anos de prática: só Delegado, até a posse.

Questão 18 · Gabarito E

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Lei Orgânica Nacional das Polícias Cíveis

Acerca da Lei Orgânica Nacional das Polícias Cíveis (Lei nº 14.735/2023), analise as afirmativas a seguir.

- I. A polícia civil tem como chefe o Delegado-Geral de Polícia Civil, nomeado pelo governador e escolhido dentre os delegados de polícia em atividade da classe mais elevada do cargo, que deverá apresentar planejamento estratégico em até 30 dias após sua nomeação.
- II. Para o cargo de oficial investigador de polícia, exige-se diploma de bacharel em Direito, em razão da natureza jurídica das atividades de investigação criminal.
- III. O Corregedor-Geral de Polícia Civil deve ser designado pelo Delegado-Geral dentre os delegados de polícia da classe mais elevada.
- IV. O perito oficial criminal integra o quadro de servidores de nível superior da polícia civil se o órgão central de perícia oficial de natureza criminal estiver integrado à estrutura da polícia civil.

Está correto o que se afirma em

- (A) I e II, apenas.
- (B) I e III, apenas.
- (C) II e IV, apenas.



(D) I, II e III, apenas.

(E) I, III e IV, apenas.

Por que E está correta. I reproduz o art. 8º da Lei nº 14.735/2023 (chefia pelo Delegado-Geral, escolhido entre delegados em atividade da classe mais elevada, com planejamento estratégico em até 30 dias). III reproduz o art. 10, § 1º. IV corresponde ao art. 19, que inclui o perito oficial criminal entre os cargos de nível superior quando o órgão central de perícia estiver integrado à estrutura da polícia civil. II está errada: para oficial investigador, o art. 20, § 1º, exige ensino superior completo em qualquer área. Corretas: I, III e IV.

Fundamento: Lei nº 14.735/2023, art. 8º, art. 10, § 1º, art. 19 e art. 20, § 1º. Texto oficial: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/lei/l14735.htm

A Inclui II; o bacharelado em Direito é exigido do delegado, e não do oficial investigador, que pode ter graduação em qualquer área.

B Exclui IV, que reproduz a condição prevista no art. 19 para o perito oficial criminal integrar o quadro.

C Inclui II e exclui I e III, ambas reproduções literais da lei.

D Inclui II e deixa de fora IV.

Pulo do gato: Delegado-Geral e Corregedor-Geral: delegados da classe mais elevada. Oficial investigador: superior em qualquer área. Perito: só se a perícia estiver dentro da polícia civil.

Direitos Humanos

Questão 19 · Gabarito A

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Direitos Humanos no Ordenamento Nacional

Em determinado estado, uma chacina com fortes indícios de participação de agentes públicos completou dois anos sem conclusão do inquérito policial, com sucessivas trocas de presidência da investigação e relatos de intimidação de testemunhas. Organismos internacionais de direitos humanos já haviam dirigido recomendações ao Estado brasileiro sobre o caso, e entidades da sociedade civil passaram a defender a sua "federalização".

Considerando a Constituição Federal e a jurisprudência do STJ sobre o tema, assinale a afirmativa correta.

(A) O Procurador-Geral da República pode suscitar o deslocamento perante o STJ, em qualquer fase do inquérito ou processo, exigindo-se demonstrar a incapacidade das instâncias locais.

(B) O Procurador-Geral da República pode suscitar o deslocamento perante o STF, em qualquer fase do inquérito ou processo, para transferir o caso à Justiça Federal.

(C) O Procurador-Geral da República pode suscitar o deslocamento perante o STJ, mas apenas depois do recebimento da denúncia, quando já instaurado o processo penal.

(D) Para o deslocamento, basta a gravidade da violação de direitos humanos, sendo dispensável demonstrar falha ou incapacidade das autoridades estaduais.

(E) A situação autoriza intervenção federal no estado, decretada pelo STJ a pedido do Procurador-Geral da República, com a consequente federalização da investigação.

Por que A está correta. Pelo art. 109, § 5º, da CF, nas hipóteses de grave violação de direitos humanos, o Procurador-Geral da República, para assegurar o cumprimento de obrigações decorrentes de tratados, pode suscitar perante o STJ, em qualquer fase do inquérito ou processo, o deslocamento para a Justiça Federal. O STJ exige, além da grave violação e do risco de responsabilização internacional, a demonstração de que as autoridades estaduais não têm condições de conduzir a apuração com isenção e eficácia.

Fundamento: CF, art. 109, V-A e § 5º (EC 45/2004); STJ, IDC 1 e IDC 2 (requisitos: grave violação, risco de descumprimento de obrigação internacional e incapacidade ou ineficácia das instâncias locais); CF, arts. 34, VII, "b", e 36, III.

B O incidente é julgado pelo STJ, e não pelo STF (art. 109, § 5º, da CF).

C A Constituição admite o incidente em qualquer fase do inquérito ou do processo; não é preciso aguardar o recebimento da denúncia.

D O STJ não admite o deslocamento só pela gravidade do fato; exige a demonstração de inércia, incapacidade ou ineficácia das instâncias estaduais, pois a medida é excepcional.



E Confunde o incidente com a intervenção federal por violação dos direitos da pessoa humana, que depende de provimento, pelo STF, de representação do PGR e não federaliza investigação.

Pulo do gato: IDC: PGR suscita, STJ decide, qualquer fase; precisa de grave violação + risco internacional + falha local.

Ciências Forenses

Questão 20 · Gabarito C

Inédita · estilo FGV · nível Elite · Genética forense

Em investigação de crime sexual, o material coletado da vítima continha mistura de DNA com grande predominância de material feminino. Em outro caso, a identificação de ossada antiga e degradada exigiu comparação com familiares. Sobre os marcadores genéticos usados na identificação humana, assinale a afirmativa correta.

- (A) O fio de cabelo sem bulbo, em fase telógena, é a amostra preferencial para a tipagem de STR autossômicos, por concentrar mais DNA nuclear que a raiz do pelo.
- (B) O DNA mitocondrial, de herança materna e presente em grande número de cópias por célula, é útil em amostras degradadas e permite distinguir irmãos filhos da mesma mãe.
- (C) O haplótipo de Y-STR é compartilhado pelos homens da mesma linhagem paterna, sendo útil em misturas com predominância feminina, mas, em regra, não distingue irmãos, pai e filho.**
- (D) Gêmeos monozigóticos podem ser diferenciados pelo perfil convencional de STR autossômicos, pois cada indivíduo possui um perfil genético único.
- (E) Os STR autossômicos têm herança uniparental materna e, por isso, são o marcador de escolha para confirmar o vínculo entre a ossada e a mãe presumida.

Por que C está correta. O cromossomo Y passa de pai para filho praticamente sem recombinação, de modo que todos os homens da mesma linhagem paterna tendem a ter o mesmo haplótipo de Y-STR. Como a análise só amplifica DNA masculino, é muito útil em misturas com predominância de material feminino, comuns em crimes sexuais; em contrapartida, em regra não individualiza entre parentes paternos.

Fundamento: Genética forense (doutrina de medicina legal): herança e aplicação de STR autossômicos, Y-STR e DNA mitocondrial.

- A** Inverte a lógica: o DNA nuclear está concentrado no bulbo (raiz); o fio sem bulbo tem pouco ou nenhum DNA nuclear e serve mais para análise de DNA mitocondrial.
- B** Acerta a herança materna, o grande número de cópias e a utilidade em material degradado, mas erra o final: irmãos da mesma mãe compartilham o mesmo DNA mitocondrial.
- D** Gêmeos monozigóticos têm, na prática, o mesmo perfil de STR autossômicos; a unicidade do perfil não vale para eles.
- E** Os STR autossômicos têm herança biparental (metade de cada genitor); a herança uniparental materna é a do DNA mitocondrial.

Pulo do gato: mtDNA = linhagem materna; Y-STR = linhagem paterna; nenhum dos dois individualiza entre parentes da mesma linhagem. STR autossômico = biparental e individualiza (exceto gêmeos idênticos).